

Fazenda faz 'mutirão' de auditores contra fraudes em crédito tributário

Foco da Receita Federal será na 'compensação cruzada', quando empresas abatem o pagamento de outros tributos

RENATA AGOSTINI
E THAIS BARCELLOS
economista@globo.com.br
S18A14

A Receita Federal iniciou uma força-tarefa para apertar a fiscalização contra fraudes de empresas que recorrem à chamada "compensação cruzada", quando créditos de um tributo são usados para quitar o pagamento de outro. O órgão decidiu reforçar grupo de auditores encarregados de checar a situação dos contribuintes que se valem desse expediente. Estimativas da Fazenda mencionadas pelo ministro Fernando Haddad apontam que o uso indevido do recurso tributário pode chegar a R\$ 25 bilhões — potencial de arrecadação com a "força-tarefa" da Receita.

Hoje, a compensação cruzada é feita por meio de um sistema de autodeclaração. O contribuinte registra o quanto possui de créditos de PIS/Cofins e o quanto desse montante será usado para pagar outros tributos, como o Imposto de Renda, por exemplo. Posteriormente, as declarações são cheçadas pelo Fisco. A Fazenda vem detectando, porém, um volume muito grande de

fraudes e, informalmente, vem dizendo que a situação é uma "sangria desastrosa".

Esses créditos são decorrentes, por exemplo, de ações judiciais, ressarcimentos e cobrança não cumulativa de impostos. O objetivo é reduzir o uso de créditos considerados indevidos pelo Fisco, em especial a utilização de PIS/Cofins no abatimento de dívidas tributárias.

O governo tentou fechar essa torneira ao editar uma medida provisória (MP) sobre o tema, em junho. A ideia era vedar a compensação cruzada de PIS/Cofins, mas houve forte reação de empresários e o Congresso decidiu devolver partes da MP, barando a iniciativa da equipe econômica. A reclamação era de que o governo estaria tentando aumentar impostos ou proibir que um direito das empresas fosse utilizado.

VALORES MAIORES NAMIRA

Diante da negativa do Congresso, a Receita organizou então uma espécie de esforço concentrado para ampliar a detecção das fraudes e fazer com que o uso irregular desses créditos seja apontado com

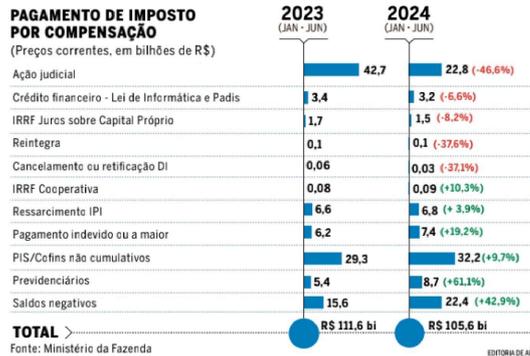
mais velocidade. A ideia é mirar nos volumes mais elevados cadastrados no sistema e cortar o mal pela raiz: identificar o abuso antes que o recurso seja usado. Esse abuso, na visão da receita, decorre de uma declaração a maior do que a empresa teria direito.

Uma medida proposta pela Fazenda mostra o tamanho do desafio. O governo conseguiu vedar o uso de créditos oriundos de decisões finais da Justiça para compensação de tributos. Por exemplo: quem ganhou uma ação contra o governo recebia esse valor via compensação e debtava de pagar outro tributo. No primeiro semestre, os débitos compensados com valores relativos a ações judiciais caíram 46,6% ante o mesmo período do ano passado.

Outros créditos, porém, "brotaram do chão", na avaliação de um interlocutor do governo. Aumentaram as compensações por "pagamento indevido ou a maior" (19,27%), de PIS/Cofins não cumulativos (9,78%), previdenciários (61,17%) e de saldos negativos (42,95%). No total, a queda de compensações tributárias de janeiro a

PAGAMENTO DE IMPOSTO POR COMPENSAÇÃO

(Preços correntes, em bilhões de R\$)



junho deste ano é de 5,36%.

A equipe econômica está disposta a gastar toda a munição que tiver para combater o uso indevido de compensações cruzadas. Essa é a estratégia de Haddad para recuperar receitas do orçamento. A ação soma-se a um conjunto de medidas adotadas para levar os devedores a ficarem em dia com o Fisco. São iniciativas de "autoregularização", quando a Receita notifica o contribuinte, dá prazo para ele corrigir os problemas em vez de já multá-lo diretamente.

Nas contas da equipe econômica, somente neste ano, R\$ 22 bilhões entraram nos cofres públicos a partir de medidas desse tipo, principalmente com a chamada subvenção do ICMS, quando as empresas se aproveitavam de créditos gerados pela desoneração estadual para pagarem menos impostos federais. A próxima iniciativa será re-

lativa ao uso indevido do benefício vinculado ao Perse, programa emergencial de retomada do setor de serviços.

O programa de autoregularização será lançado nas próximas semanas e deve terminar até novembro. De janeiro a maio, o governo deixou de receber R\$ 6 bilhões em impostos devido ao programa, conforme declaração das empresas beneficiadas. A estimativa é de que até o fim do ano o valor alcance ao menos R\$ 13 bilhões. Metade pode estar ligada a fraudes. Em 2022, ao aprovar mudanças no programa, o Congresso limitou o Perse até 2026 ou o máximo de R\$ 15 bilhões — o que ocorrer primeiro.

O programa de autoregularização incidirá sobre os anos de 2022 e 2023 também, mas a equipe econômica prefere não dar uma estimativa de arrecadação, considerando que o contribuinte pode optar por não participar. Exatamente por isso não

constaram nas projeções de orçamento receitas obtidas com essas iniciativas.

FRUSTRAÇÃO COM CARF

O time de Haddad espera que esses programas possam compensar, por exemplo, a frustração inicial com recursos oriundos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) a partir de uma mudança legislativa sobre o voto de desempate — que voltou a ser pró-governo.

Com a alteração, o governo projetava acelerar pagamentos de dívidas e embolsar mais de R\$ 50 bilhões em 2024. A projeção caiu para R\$ 37,7 bilhões em julho, mas até então nenhum valor significativo entrou no caixa federal.

Atualmente, o governo projeta déficit primário (saldo negativo entre receitas e despesas, sem contas gastos com juros) de R\$ 28,8 bilhões em 2024, já no limite inferior da meta fiscal deste ano.

Campos Neto: BC fará 'o que for preciso' para cumprir meta

Presidente da autoridade monetária diz que esse objetivo existe independentemente de quem estiver no comando da instituição

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@bcb.gov.br
S18A14

O Banco Central (BC) fará o que for preciso para levar a inflação para a meta, independentemente de quem esteja no comando, afirmou ontem o presidente da autoridade monetária,

Roberto Campos Neto, em evento de inauguração do novo campus da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP), em São Paulo.

— A gente tem tido uma mensagem inequívoca e consensual de que o BC vai fazer o que for preciso para trazer a

inflação para a meta, é muito importante, e é independente de quem seja o presidente, de qual seja o mandato, isso está bem sedimentado no grupo que temos hoje — disse Campos Neto.

Ele ressaltou que o BC tem feito o máximo possível para

— Obtivemos autonomia para isso. O BC está fazendo tudo o que pode, vai agir com seriedade e não vai poupar esforços. Então, acredito que esse prêmio de risco (sobre as expectativas de inflação) tende a diminuir.

Sobre a questão fiscal, o presidente do BC afirmou que o

governo está fazendo um esforço fiscal grande e importante, mas que é preciso olhar também o médio prazo.

Com relação à turbulência ocorrida nos mercados globais na semana passada, por temor de uma possível recessão nos Estados Unidos, Campos Neto vê um

ambiente que deve ser de volatilidade daqui para a frente. Mas considera pouco provável um cenário de desaceleração forte da maior economia do mundo:

— Houve sinais de desaceleração da economia americana, mas uma recessão não parece ser o cenário mais provável — afirmou.

Campos Neto disse ainda que, independentemente de quem ganhar a eleição presidencial americana, a política econômica não deve ser muito austera.

Aumento de juros está 'na mesa', diz Galípolo

Para diretor do BC, cenário da inflação é 'desconfortável'

ANA FLÁVIA PILAR
ana.costa@globo.com.br

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse ontem que um eventual aumento na taxa básica de juros (a Selic, hoje em 10,5% ao ano) está na mesa, diante de casos inesperados e dos impactos sobre os mercados mundiais — como na segunda-feira da semana passada, com a maior queda na Bolsa de Tóquio desde 1987.

Para o economista, que deu as declarações durante o 2º Warren Institutional Day, evento de finanças organizado pela gestora e corretora Warren Investimentos, em São Paulo, o cenário é "des-

confortável" para o cumprimento da meta de inflação, de 3% ao ano, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, número 2 do ministro Fernando Haddad, Galípolo é cotado para assumir a presi-

dência do BC no ano que vem, com o fim do mandato do atual presidente, Roberto Campos Neto. Por isso, investidores acompanham de perto suas declarações, atrás de pistas sobre como o BC poderá se comportar após a troca de comando.

Galípolo afirmou também que não há uma relação mecânica entre o comportamento da taxa de câmbio e a política de juros, já que o BC acompanha uma série de variáveis para definir o nível da Selic, como as expectativas de inflação, o mercado de trabalho e a trajetória do mercado de crédito.

— As vezes, o que é notícia boa para alguns, para a gente é um tipo de



Sucessão. Galípolo é cotado para assumir o comando do BC em 2025

Indicadores Financeiros. Excepcionalmente hoje a seção não é publicada

AVISO DE LICITAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2024 TIPO: MENOR PREÇO

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsecretaria de Compras Públicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MG, comunica que realizará a licitação que tem por objeto e Registro de Preços para a eventual contratação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) englobando tráfego de dados e acesso à internet, serviços telefônicos Modalidade Local, Modalidade Longa Distância Nacional, para ligações exclusivamente originadas dos terminais móveis do Plano Corporativo, e fornecimento dos equipamentos necessários, sob demanda, futura e eventual, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no edital e seus anexos. A sessão de pregão iniciará no dia 20/08/2024, às 9h, no site www.compras.mg.gov.br. Mais informações: comprascentral@planejamento.mg.gov.br. BDI/MG, 05/02/2024. Virginia Braccarone Lopes - Subsecretaria de Compras Públicas - SEPLAG/MG.



POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS DO PLANEJAMENTO SISP Nº 147/2024. Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de refrigeração e outros. Processo SEI 830.21.0104028/2024-21. Abertura dia 04/09/2024, às 09h00, no site eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão de pregão. POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 09 de agosto de 2024. Antônio Cipriano das Neves Silva, Analista da Polícia Civil, Diretor de Aquisições/PROF/PCMG.



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 143/2024. Objeto: Aquisição de Móveis, Eletrodomésticos e Maleta para Notebook, sob a forma de entrega integral, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de proposta inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão de pregão. O manual de instrução para cadastramento e participação na sessão de lances encontra-se no link: <https://compras.mg.gov.br/acesso-a-informacoes/manuais/formecedor>. Abertura da sessão dia 29/08/2024, às 10h00, no site eletrônico www.compras.mg.gov.br. Camilla Aparecida Drumond, Superintendente de Infraestrutura e Logística, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa, Belo Horizonte, 09 de agosto de 2024.

